

# Educadores pedem revisão do orçamento

Acionar o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União para que elaborem instrumentos jurídicos que garantam a transparência dos recursos públicos em educação e o envio de uma petição ao procurador-geral da República, propondo a inconstitucionalidade do orçamento para a educação de 1990, que não respeita o Artigo 60 das Disposições Transitórias da Constituição, fazem parte do relatório da I Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania, realizado, por representantes educacionais de todo o País.

Durante três dias, no auditório Petrônio Portela, ala do Senado Federal, os representantes discutiram as propostas das comissões estaduais para o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania — PNAC. A conferência foi encerrada ontem, sem a presença do ministro Carlos Chiarelli.